



CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PLANALTO CENTRAL
APPARECIDO DOS SANTOS – UNICEPLAC
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
MBA EM GESTÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

CRISTIANE MARIA VENTURA
LUANA PIRES GONÇALVES

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: políticas públicas e o
uso das tecnologias da Informação e comunicação**

Gama-DF

1º/2019

CRISTIANE MARIA VENTURA
LUANA PIRES GONÇALVES

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: políticas públicas e o
uso das tecnologias da Informação e comunicação**

Trabalho de Conclusão de Curso como
requisito para aprovação na Pós-Graduação
Latu Sensu em Gestão de Educação Superior do
Centro Universitário do Planalto Central
Apparecido dos Santos – FACIPLAC.

Orientador: *Me.* Sérgio Ricardo de Freitas
Cruz.

Gama-DF

1º/2019

Ventura, Cristiane Maria & Gonçalves, Luana Pires

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: políticas públicas e o uso das tecnologias da Informação e comunicação / Ventura, Cristiane Maria & Gonçalves, Luana Pires – Brasília-DF, 2014.

30 f.: il. p&b.

Artigo para a conclusão do curso de Pós-Graduação *Latu Sensu* em Gestão de Educação Superior.

Orientador: *Me.* Sérgio Ricardo de Freitas Cruz.

1. Ensino superior. 2. Pessoas com Deficiência. 3. Políticas Públicas. 4. Inclusão, 5. Tecnologias de Informação e Comunicação. Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – FACIPLAC.

Ficha catalográfica

APROVAÇÃO

DEDICATÓRIA

Dedicamos este trabalho aos nossos queridos pais, que nos apoiaram do início ao fim para que esse dia chegasse.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus, que nos deu forças, sabedoria e discernimento para conduzir este trabalho.

Ao nosso Orientador Professor, *Me. Sérgio Ricardo de Freitas Cruz*, pela orientação e seu grande desprendimento em ajudar-nos.

Aos nossos colegas de classe pelo incentivo e grande ajuda quando se fez necessária.

Cristiane Maria Ventura e Luana Pires Gonçalves.

“Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso. Amo as gentes, amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade”.

Paulo Freire

RESUMO

A Educação Inclusiva no ensino superior brasileiro tem sido tema de reflexão e discussão para educadores desde a década de noventa, ressaltando a necessidade de políticas públicas para a inserção de pessoas com deficiências no contexto educacional. O acesso é garantido por lei, todavia, a permanência é influenciada por diversos fatores, como a estrutura arquitetônica inadequada, a falta de capacitação docente e/ou uso inadequado das Tecnologias da Informação e Comunicação na promoção do conhecimento, aprendizagem e interação social. O objetivo deste estudo foi identificar a produção científica a cerca da evolução das políticas públicas direcionadas à Educação Inclusiva no ensino superior e verificar como as TIC's podem contribuir para esse processo. Trata-se de uma revisão integrativa. Foram consideradas válidas para análise setenta referências, que permitiram constatar que cada aluno possui necessidades específicas que precisam ser consideradas para que os princípios de igualdade e justiça social sejam válidos, conforme determinam as políticas públicas vigentes.

Palavras chaves: Ensino superior, Pessoas com Deficiência, Políticas Públicas, Inclusão, Tecnologias de Informação e Comunicação.

ABSTRACT

Inclusive Education in Brazilian higher education has been a topic of reflection and discussion for educators since the nineties, highlighting the need for public policies for the inclusion of people with disabilities in the educational context. Access is guaranteed by law, however, permanence is influenced by several factors, such as inadequate architectural structure, lack of teacher training and / or inadequate use of Information and Communication Technologies in the promotion of knowledge, learning and social interaction. The objective of this study was to identify the scientific production about the evolution of the public policies directed to Inclusive Education in higher education and to verify how the ICTs can contribute to this process. This is an integrative review. Seventy references were valid for analysis, which made it possible to verify that each student has specific needs that need to be considered in order for the principles of equality and social justice to be valid, as determined by current public policies.

Keywords: Higher Education, People with Disabilities, Public Policies, Inclusion, Information and Communication Technologies.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 10 |
| 2. DESENVOLVIMENTO | 14 |
| 2.1 Diagnóstico da Educação Especial no Brasil: a inclusão no ensino superior..... | 14 |
| 2.2 A acessibilidade dos deficientes ao ensino superior e suas necessidades..... | 16 |
| 2.3 O preparo dos docentes para atuarem no processo de inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino superior segundo as políticas públicas vigentes..... | 20 |
| 2.4 As tecnologias da informação e comunicação (TIC's) na inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. | 22 |
| 3. METODOLOGIA | 23 |
| 4. RESULTADOS | 23 |
| 5. DISCUSSÃO | 24 |
| 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 26 |
| REFERÊNCIAS | 26 |

1. INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva tem sido tema de reflexão para educadores em todos os níveis de ensino, principalmente quanto à educação superior, suscitando discussões que ressaltam a necessidade de políticas públicas para a inserção de pessoas com deficiências no contexto educacional. São muitas as dificuldades e deficiências no atendimento a essa população, sentidas tanto por parte dos alunos como dos professores, que nem sempre possuem conhecimento específico e recursos tecnológicos institucionais acessíveis, que possibilitem a autonomia e o desenvolvimento intelectual, social e profissional, necessário para uma formação de qualidade (DOMINGOS, ALMEIDA & BARRETO, 2014).

A partir da reforma da educacional iniciada na década de 90 houve grande ênfase na regulamentação da inclusão na educação básica. Já quanto ao ensino superior esse processo ainda se encontra limitado (SANTOS & HOSTINS, 2015). O primeiro documento direcionado às pessoas com necessidades especiais, organizado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), Aviso Curricular nº277 de 08 de maio de 1996, veio orientar os reitores das instituições a se adequarem ao processo de acesso e inclusão de pessoas com necessidades especiais a esse nível de ensino e a procedimentos requeridos nos processos seletivos e adaptação. Foi recomendada a utilização de textos ampliados, lupas ou outros recursos ópticos para as pessoas com visão subnormal / reduzida; utilização de recursos e equipamentos específicos para cegos, como provas orais e/ou em *Braille*, máquina de datilografia comum ou *Perkins / Braille*, DOS VOX adaptado ao computador. Além disso, a colocação de intérprete no caso de Língua de Sinais no processo de avaliação dos candidatos surdos; equipamentos pelo portador de deficiência física com comprometimento dos membros superiores e a ampliação do tempo determinado para a execução das provas de acordo com o grau de comprometimento do candidato (BRASIL, 1996a, p.1).

Posteriormente, foi sancionada a lei de Diretrizes e Bases Educação Nacional -LDBEN nº 9.394/96 (BRASIL, 1996b). Todavia não revelou claramente o de inclusão no ensino superior, discorrendo de forma direcionada à obrigatoriedade dos sistemas de ensino, sem discutir e descrever o lugar da pessoa com necessidades especiais nesses contextos. Em 1999 foi publicado o Decreto nº 3.298/99, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Este define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular (BRASIL, 1999,

p.1). Estes dois documentos, apesar de contribuírem para a inclusão, deixam lacunas para diversas interpretações.

Em 2002 foi abordada a formação de professores em nível de ensino superior, com a resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE/ nº1/2002), a qual propõe que a formação de professores em nível de ensino superior, por meio dos cursos de licenciatura devem contemplar conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, incluindo as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais e as das comunidades indígenas (BRASIL, 2002a).

Também foi reconhecida neste período a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), através da Lei nº 10.436/02 como meio legal de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de LIBRAS no currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia (BRASIL, 2002b). Assim como a LIBRAS, a grafia *Braille* também ganha espaço na legislação através da Portaria nº 2.678/02, que aprova as diretrizes e normas para o uso em todo o Brasil e sua difusão em todas as modalidades de ensino (BRASIL, 2002c).

Em 2003, o MEC implantou a Educação Inclusiva através da Portaria nº 3.284, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições (BRASIL, 2003). No ano seguinte, os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, passaram a ter que proporcionar condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida a partir do Decreto nº 5.296/04 publicado pelo MEC, que regulamentou as Leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00 (BRASIL, 2004).

O lançamento do Programa de Acessibilidade na Educação Superior – “INCLUIR” em 2005 e que se encontra vigente até o momento foi de suma importância, pois propõe ações que garantam o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior, fomentando a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação (BRASIL, 2014).

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva vigente a partir de 2008, deve ser assegurada a inclusão escolar aos alunos com: deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/ superdotação e Transtorno Desintegrativo, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino;

transversalidade da modalidade de educação especial, desde a educação infantil até a educação superior; oferta de atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado, e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade, acessibilidade arquitetônicas nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2010). Em 2011 foram incluídas: a síndrome de Asperger e síndrome de Rett. Entretanto, sabe-se que as instituições de educação superior ainda caminham a passos lentos para uma educação de fato inclusiva, ao ambiente social universitário.

Segundo o Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa (INEP) é de responsabilidade da instituição de educação superior o levantamento dos dados referentes ao seu corpo discente, sendo estes coletados a partir do preenchimento de questionários por parte das instituições e por importação dos dados disponibilizados pelas mesmas no Sistema e - MEC (INEP, 2017). Assim, a identificação de alunos com deficiência deve ocorrer a partir dos padrões de acessibilidade, que se tornaram requisito avaliativo para a autorização, reconhecimento e credenciamento institucional (Portaria nº 3.284, 2003) a partir do Programa INCLUIR (BRASIL, 2013).

Em 2013, o documento “Referenciais de acessibilidade na educação superior e a avaliação *in loco* do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior” foi criado para servir de subsídio para os avaliadores do MEC (BRASIL, 2013). Mas, Historicamente, as instituições de ensino superior foram excludentes, seja pela seleção na forma de ingresso, localização geográfica, priorizando os grandes centros e/ou por prática pedagógica docente inadequada, entre outros fatores que dificultam o ingresso e a permanência de grande parte da sociedade, em especial, das pessoas com deficiência, embora haja diversas legislações que normatizam as políticas públicas para a Educação Inclusiva e documentos governamentais com dados quantitativos, que denotam a ampliação das matrículas e a melhoria na qualidade da educação (LAMONIER, 2016; MARTINS, LEITE, LACERDA, 2015).

Há três anos foi promulgada a Lei de 13.409, de 28 de dezembro de 2016 que, dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das Instituições Federais de ensino. Ao alterar a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, a referida lei determina que:

“Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por auto declarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a

instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE” (BRASIL, 2016, Art. 1º, grifo nosso).

O documento mais recente no que se refere a políticas públicas para pessoas com deficiência no ensino superior para o decênio de 2014 a 2024 é o Plano Nacional de Educação, que visa inclusão de minorias, enfatizando universalização e ampliação da acessibilidade à educação e atendimento educacional especializado (BRASIL, 2014). Todavia, a permanência das pessoas com diferentes tipos de deficiências no ensino superior é influenciada por diversos fatores como: adequações de ambiente; sinalização e acessibilidade arquitetônica a todas as áreas da instituição; profissionais com conhecimento e preparo para promover o conhecimento com êxito; articulação de ações coletivas e, ao mesmo tempo, particulares, para cada área de conhecimento, as quais devem estar previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional; material adequado disponível em tempo hábil para acompanhamento das disciplinas e atividades acadêmicas em igualdade aos demais alunos para o acesso ao conhecimento, conforme a Resolução n.º 015/2000-CEP (GARCIA, BACARIN, LEONARDO, 2018; ANACHE & CAVALCANTE, 2018).

Diante desse contexto, muito está se discutindo sobre a prática docente através do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), um elemento que tem sido imprescindível para a implementação de um sistema educacional inclusivo, pois possibilita sobremaneira o acesso às informações, aos conteúdos curriculares, bem como a organização diferenciada das atividades de forma a atender as condições e características e especificidades de cada aluno (GIROTO; POKER; OMOTE, 2012, p. 17). Além de favorecer determinados comportamentos, as TIC's têm influenciado significativamente nos processos de aprendizagem e inclusão no contexto universitário e social (DOMINGOS, ALMEIDA & BARRETO, 2014).

Estudos mostram que a utilização das TIC's devidamente planejada e adequada pode viabilizar o desenvolvimento, ao trazer recursos altamente atrativos, instigantes e estimulantes para que o aprendizado dos alunos aconteça sem traumas, inclusive favorecendo a cooperatividade, interação, criação e a possibilidade de superar barreiras que possuem em decorrência das limitações pessoais, além de valorizar suas potencialidades (GOMES; LIRA & FRANÇA, 2016; SOUSA, SANTOS & SCHLUZEN, 2005).

Existem diversas mídias disponíveis para o processo de inclusão, mas de forma peculiar, o uso do computador tem sido uma excelente ferramenta das TIC's, usada para superar problemas de mobilidade por todas as pessoas com necessidade ou não, propiciar a inclusão digital, um trabalho lúdico-pedagógico, servir como caderno eletrônico, promover interações

com a realidade, ponte entre o concreto e o abstrato, entre outras possibilidades, reestruturando as comunicações humanas (WARSCHAUER, 2006, p. 279).

As TIC's tornaram-se um elemento imprescindível para a implementação de um sistema educacional inclusivo, pois possibilita o acesso às informações, acesso aos conteúdos curriculares, bem como a organização diferenciada das atividades de forma a atender as condições e características do aluno, ou seja, às suas especificidades (GIROTO; POKER; OMOTE, 2012, p. 17). Entretanto, requer profissionais qualificados para lidar com a inclusão das pessoas com diferentes tipos de deficiências, sejam elas físicas, visuais, auditivas ou intelectuais.

No Brasil, a formação de professores e demais agentes educacionais ligados à educação segue ainda um modelo tradicional, inadequado para suprir as reivindicações em favor da educação inclusiva (PLETSCH, 2009). Sendo assim, suscitam-se cada vez mais discussões quanto aos programas de Inclusão e ressalta-se a necessidade de investimentos na formação de professores para atender essa demanda, que tem sido exponencial no cenário atual (SANTOS & PEQUENO, 2011).

Na perspectiva de que é fundamental a busca da inclusão de pessoas com diferentes tipos de deficiência no ensino superior, mediante políticas públicas que sejam realmente efetivadas, esse estudo teve como objetivo realizar uma revisão integrativa de modo a identificar a produção científica a cerca da evolução das políticas públicas direcionadas à Educação Inclusiva no ensino superior e verificar como as TIC's podem contribuir para esse processo.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Diagnóstico da Educação Especial no Brasil: a inclusão no ensino superior

Dados do Censo da Educação Superior passaram a ser disponibilizados pelo Instituto Anísio Teixeira (INEP) a partir do ano de 1995 e reúnem informações sobre as instituições de ensino superior, seus cursos de graduação presencial ou à distância, cursos sequenciais, vagas ofertadas, inscrições, matrículas, ingressantes e concluintes, além de informações sobre docentes e alunos nas diferentes formas de organização acadêmica e categoria administrativa. Mas, até o ano de 1999 não eram contemplados dados da investigação de alunos com necessidades especiais, sendo somente incluídos a partir do ano 2000 (BRASIL, 2008b).

A partir de 2009, os professores portadores de necessidades especiais também passaram a ter informações no Censo, além de dados de disponibilidade de alguns tipos de tecnologia assistiva¹. E nesse período os alunos antes chamados de portadores de necessidades especiais passaram a ser denominados alunos com deficiência, sendo cada tipo de deficiência especificado, o que não ocorria até o ano de 2010. Em 2011 também houve a inclusão das altas habilidades/superlotação e transtornos globais do desenvolvimento, junto à síndrome de Asperger, síndrome de Rett e Transtorno Desintegrativo (BRASIL, 2011).

No período de 2000 a 2011, o número de alunos com deficiências, matriculados em instituições de ensino superior foi crescente, porém um crescimento tímido, que representa menos de 1% do total de alunos matriculados na graduação, considerando instituições públicas e privadas, em cursos presenciais e a distância, número este que pode ter sido influenciado diretamente pela forma de ingresso (vestibular), associado aos indicadores de vagas e evolução de matrículas (MARTINS; LEITE & LACERDA, 2015). Dados do INEP (2015) reforçam que há ainda baixo número de alunos com necessidades especiais matriculados no ensino superior, apesar do aumento dessa estatística, tanto em instituições públicas como privadas.

Há que se ressaltar ainda a permanência no ensino superior, que nem sempre é favorecida, pois há outros condicionantes implicados para que o acadêmico com deficiência consiga concluir seu curso na educação superior, como o fator socioeconômico, haja vista que a maioria da população que tem essa característica possui condições financeiras precárias, conforme os dados censitários (ANACHE, 2018). Contudo, nos últimos anos o número de matrículas nas instituições de ensino da iniciativa privada, mediante as bolsas concedidas pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)² e Programa Universidade para todos (PROUNI)³ tem crescido. E nas universidades públicas (estaduais e federais) esse número também tende a aumentar, tendo em vista as atuais políticas de ação afirmativa, a exemplo das reservas de vagas.

¹Tecnologia Assistiva: uma expressão utilizada para identificar todo arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar e/ou ampliar habilidades de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BERSCH, 2007). São os recursos humanos (docentes qualificados) que possibilitam aos alunos a autonomia, segurança e a comunicação para que esses educandos possam ser inseridos nas classes regulares, promovendo conquistas, qualidade de vida e inclusão social (CAT, 2007).

² O FIES foi criado pelo Ministério da Educação, é voltado especificamente para o financiamento dos estudos para alunos que escolheram instituições particulares.

³O PROUNI foi criado para promover a acessibilidade à educação para quem tem renda baixa. Por meio dele, é possível conseguir bolsas integrais ou parciais para universidades ou faculdades particulares cadastradas no programa em todo o país.

Há evidências de que as barreiras no âmbito do currículo, a falta de recursos acessíveis e a formação profissional docente e dos técnicos administrativos para lidarem com os estudantes com deficiências ainda perduram, ficando as condições de permanência restritas aos esforços individuais, de familiares e colegas (ALCOBA, 2008; MOREIRA, 2011; ANACHE, ROVETTO E OLIVEIRA, 2014; CABRAL, 2017).

Nesse contexto, verifica-se que a educação especial, na perspectiva inclusiva, requer uma transformação das práticas sociais vivenciadas no país, em busca de alcançar uma sociedade democrática que luta pela igualdade de todos, conforme prevê a legislação brasileira (SIMIONATO, 2011).

2.2 A acessibilidade dos deficientes ao ensino superior e suas necessidades

O conceito de pessoa com deficiência teve diversos tratamentos ao longo da história da humanidade. Portanto, a definição de deficiência ainda é desafiadora, uma vez que congrega elementos complexos, dinâmicos, multidimensionais e questionáveis, sendo histórica e socialmente determinada (WHO, 2012).

Há conceitos físicos, biológicos, morais e até metafísicos, mas de acordo com a Organização das Nações Unidas (2006):

“Art. 2º: “as pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual (mental), ou sensorial (visão e audição) os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2013, pag. 02).

Vê-se, assim, que a deficiência não é uma doença, mas uma limitação no desempenho de alguma atividade laborativa ou de lazer, de modo que a pessoa necessita adequar-se, haja vista suas particulares condições, para obter uma regular atuação na sociedade para o exercício pleno da vida (REBOUÇAS & LIMA, 2008).

Ter uma deficiência, seja ela qual for, traz como consequência ter que lidar com um estigma que a sociedade estabelece: o da incapacidade, da dependência. Pois, toda deficiência certamente implica alguma limitação, mas não desqualifica a pessoa para uma infinidade de novas descobertas e possibilidades de aprendizado que permitem avançar no conhecimento. Contudo, a história evidencia que as pessoas com deficiência eram excluídas do convívio com a sociedade, muitas vezes abandonadas à própria sorte e consideradas inaptas a estudar (ACORSI, 2016).

Na antiguidade estas pessoas eram exterminadas, pois se acreditava que eram amaldiçoadas e somente na Idade Média, este comportamento começou a mudar, devido à

influência da Igreja Católica, que considerava todos como criaturas de Deus, independente de possuir ou não uma deficiência. E somente a partir desse período, elas deixaram de ser mortas para serem segregadas, uma vez que não se encaixavam nos conceitos pré-estabelecidos, mas dependiam da caridade alheia para sua sobrevivência (DUARTE *et al.*, 2013).

Somente a partir do século XX, esse conceito começou a mudar, sendo reconhecida a capacidade de desenvolvimento e potencial de aprendizagem, ocasionando mudanças no uso da razão e pensamento pedagógico, a partir de novas políticas públicas direcionadas à inclusão (MANTOAN, 2001).

O fato da maioria dos estudantes que possuem necessidades especiais terem tido a facilitação nos critérios avaliativos, para que apenas conclua sua escolaridade na Educação Básica, pode ser um dos fatores mais relevantes no processo de inclusão no ensino superior, tendo em vista que os critérios do vestibular estão pautados na aquisição de conhecimentos científicos adquiridos ao longo da Educação Básica (MEIRA, 2011).

Segundo o Censo de 2010 os recursos de tecnologia assistiva disponíveis eram: material em *Braille*, material em áudio, sistema de síntese de voz, tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais, guia-intérprete, material didático em língua brasileira de sinais, inserção da disciplina de língua brasileira de sinais no curso, material didático em formato impresso acessível e material didático digital acessível. Mas, em 2011 foi excluído o item sistema de síntese de voz e foram acrescentados os itens: material pedagógico tátil, recursos de acessibilidade à comunicação, recursos de informática acessível e material em formato impresso em caráter ampliado.

Sendo assim, a acessibilidade tem sido ofertada pelas instituições de ensino superior, mas o Censo demonstra que isso ocorre em aproximadamente 80% das instituições e não na sua totalidade, apesar da condição para reconhecimento de cursos conforme Lei no 10.098/2000. Dados do INEP (2012) mostram que a ao considerar as deficiências física, visual e auditiva a de maior representatividade é a visual (MARTINS, D. A.; LEITE, L. P.; LACERDA, 2015).

Alguns projetos específicos implantados por algumas instituições de ensino no país foram de grande relevância para a inclusão do ensino superior. Entre eles, o USP LEGAL, implantado pela Universidade de São Paulo (USP), em que os parâmetros seguem as determinações legais e os princípios do chamado desenho universal, ou seja, a concepção de produtos e ambientes de que possam ser utilizados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação (NAOE, 2013, s/p). Neste programa, há auxílio às ações de professores com vistas

ao incentivo à permanência de pessoas com deficiência na educação superior. Outra ação relevante foi promovida pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) Campus Marília, desenvolvido com a participação de importantes universidades públicas pertencentes à esfera estadual e federal (UNESP/SP – na condição de proponente e sede, em colaboração a UFSC/SC e UFSCAR/SP, com parcerias de outras universidades). O projeto “acessibilidade no ensino superior: da análise das políticas públicas educacionais ao desenvolvimento de mídias instrumentais sobre deficiência” é coordenado pela Dra. Sandra Eli Sartoreto de Oliveira Martins (PPGE-FFC/Marília) e Dra. Lúcia Pereira Leite (PPGPE-FC/Bauru). Contudo, se verifica poucos programas vinculados a essa temática no Brasil (RODRIGUES *et al.*, 2016).

Com o investimento na expansão e democratização do setor público de educação superior, durante o período de 2003 a 2010, no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, através de diferentes programas e ações, tais como: REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), incluindo a interiorização das universidades federais, a criação de novas universidades federais do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) com base na educação a distância, a implementação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs), propiciaram a implementação e fortalecimento de programas como PROUNI (Programa Universidade para Todos) e FIES (Financiamento Estudantil), que contribuíram para o aumento do número de vagas e oportunidades cursos no período noturno, favorecendo estudantes de baixa renda, oportunizando estudar em cursos de graduação sequenciais de formação específica, com o auxílio de bolsas de estudos integrais e parciais, além de fortalecer a iniciativa privada (MANCEBO, VALE & MARTINS, 2015).

Outra tendência a se considerar é a ampliação para a Educação a Distância (EAD), que representava somente 0,06% do total de matrículas em 2000, percentual que salta para 14,58% em 2010, chegando a 2013 com 15,8%, ou seja, um total de 1.153.572 matrículas (MANCEBO, VALE & MARTINS, 2015).

Mesmo diante desse progresso na educação e recursos tecnológicos a acessibilidade de pessoas com deficiências ao ensino superior ainda é limitada. Estudos mostram que pessoas cegas ou com baixa visão têm dificuldade em encontrar em livrarias ou bibliotecas, livros e textos científicos recentes, livros de literatura, revistas, jornais etc., impressos em *Braille* ou ampliados, ou ainda, que estejam na Internet em formato apropriado, que auxiliem na sua formação acadêmica. Os usuários com baixa visão podem utilizar softwares ampliadores de

tela, como o *Magic da Freedom Scientific* e o *Lente Pro* do NCE/UFRJ (Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro). Os usuários cegos frequentemente usam softwares chamados leitores de tela, como o *Jaws* da *Freedom Scientific* e o *Virtual Vision* da *Micro Power*, entre outros. Esses softwares lêem em voz alta os conteúdos que estão na tela do computador, permitindo que as pessoas cegas ouçam os conteúdos de uma página *web*. Entretanto, um leitor de tela não lê as imagens e as animações, mas somente o texto. Assim, é necessário que estes elementos gráficos sejam associados a descrições textuais que o software possa ler, sendo esse um exemplo de adaptação a ser feita para garantir a acessibilidade e assim, possam gerar conhecimento e aprendizagem, para que o estudante seja construtor da sua própria história (COUTINHO, 2011).

Com relação à deficiência auditiva, o Decreto no 5.296/2004, define como a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB), ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz, 1.000 Hz, 2.000 Hz e 3.000 Hz (BRASIL, 2004). Entretanto, anteriormente à publicação deste Decreto, não havia um reconhecimento claro quanto à existência da diversidade entre pessoas com deficiências semelhantes.

Há muitas dificuldades de transitar entre a língua de sinais e a língua portuguesa, junto aos estudantes com deficiência auditiva, o que reforça a importância de reorganizar as estratégias de ensino e de avaliar a participação do intérprete de língua de sinais. Assim, verifica-se a necessidade de mudanças no modo de ensinar e aprender para que estes estudantes possam entender e acompanhar o que os professores falam durante as aulas, visto que na maioria das vezes os estudantes não desenvolveram a linguagem falada e os profissionais não têm preparo a realizar a inclusão (SILVA *et al.*, 2012; BISOL *et al.*, 2010; OLIVEIRA *et al.*, 2010; MACHADO, TRES & OLIVEIRA, 2011).

Nesse contexto, o sucesso do processo de inclusão de pessoas com deficiência auditiva está associado à possibilidade de reconhecer diferenças e aceitá-las dentro e fora do processo de aprendizagem. Isso não significa ignorá-las, pois, inserir indivíduos com necessidades educacionais especiais em um ambiente e esperar que eles aprendam pela proximidade com seus colegas, é algo que tende a proporcionar resultados insatisfatórios. Nesse sentido, o ato de respeitar e aceitar as diferenças, pode ser entendido como o início das ações para oportunizar os demais recursos necessários para o desenvolvimento da aprendizagem do indivíduo (SENO, 2009).

Estudantes com deficiência física ou motora, que fazem uso de cadeiras de rodas, nem sempre conseguem participar de todas as aulas devido à dificuldade de acesso a laboratórios ou

locais específicos que não se enquadram na rotina diária, em função de condições arquitetônicas inadequadas, tornando-os dependentes da colaboração dos colegas para conseguir participar junto ao grupo, tendo o aprendizado comprometido (OLIVEIRA, 2013).

A deficiência intelectual é a menos comum em meio aos estudantes desse contexto, pois a própria seleção de ingresso à Universidade não favorece a oportunidade de cursar o ensino superior (OLIVEIRA, 2013).

Atualmente, ressalta-se a importância da existência de serviços de apoio e aconselhamento psicológico aos estudantes, no âmbito das instituições de nível superior, com o objetivo de oferecer um espaço formal e protegido, de escuta e compreensão para as questões emocionais. A organização do serviço pode ocorrer por meio de diferentes estratégias: plantão psicológico individual, onde o estudante possa expressar suas necessidades e expectativas; a formação de grupos temáticos e de reflexão; orientação familiar; orientação a professores e encaminhamentos, que podem ser favoráveis ao processo de inclusão (MAGALHÃES, 2013).

Portanto, a diversidade humana favorece a construção de novas relações e experiências tão indispensáveis e fundamentais na formação contemporânea das pessoas, que independentemente dos diferentes tipos de deficiências possibilita o desenvolvimento dos professores, profissionais e alunos, ampliando a compreensão dos conceitos de justiça e direito (LIMA, 2007).

2.3 O preparo dos docentes para atuarem no processo de inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino superior segundo as políticas públicas vigentes.

A inclusão de alunos com deficiências no sistema regular de ensino no Brasil, tanto na educação básica quanto nível superior é um processo complexo e tem sido alvo de muitas discussões com amparo e fomento pela aplicação da legislação. Contudo, destaca-se o a falta de preparo dos professores para receber nas salas de aula alunos com deficiência, como mostrado nos resultados das pesquisas de Naujorks (2002), Santos (2007), Siems (2008) e Rodrigues (2008).

É consenso que todos os professores querem que seus alunos aprendam, mas nem todos estão atentos a algumas das características do processo de aprendizagem. O professor precisa apresentar competência pedagógica para o processo de inclusão e não pode estar limitado apenas ao repasse de informações e técnicas, mas sim, ter a capacidade de atentar-se às questões referentes ao seu aluno, bem como mediar suas dificuldades e habilidades, pois o ensino exige aperfeiçoamento (MASETTO, 2003).

Na educação inclusiva, professor e alunos trabalham juntos no processo de ensino e aprendizagem. Por outro lado, há relatos de que “nas escolas, alguns professores têm deixado de preocupar-se com os nomes dos alunos, quem são eles e como vivem, o que querem, como aprendem, que interesses e necessidades têm, para apenas nomeá-los: “alunos da Inclusão!” (SANTOS, 2010, p. 52).

O professor preocupado em exercer com qualidade sua profissão precisa desenvolver melhor o seu raciocínio, a capacidade de pensar, competência para ensinar e superar obstáculos, encarar as diferenças e estar pronto para as diversas realidades que envolvem as pessoas com deficiências. Para isso, é relevante a valorização do contexto da troca de experiências, atitudes e valores dentro ou fora de sala de aula, pois a docência engloba tanto práticas escolares como não escolares, fazendo que atue como um grande ator social da educação para a construção de uma sociedade democrática e inclusiva (LIMA, 2017).

A metodologia de ensino não demanda meramente o uso do vídeo, do trabalho em grupo, da aula expositiva, dentre outros recursos pedagógicos, é necessária aproximação entre a teoria e a prática por meio da contextualização em uma abordagem interdisciplinar (PEREIRA, 2013). Os saberes que da experiência que os estudantes trazem fatalmente podem confrontar o diálogo com o conhecimento acadêmico, requerendo adaptações e ajustes curriculares (MAGALHÃES, 2013).

As TIC's são então instrumentos de auxílio no processo educativo, não como substitutivo do professor, e sim sobre as competências profissionais para ensinar e a formação inicial e continuada dos docentes, pois o conhecimento não provém apenas de uma tecnologia e sim da soma de habilidades e competências que habilitam o professor a efetivamente educar (PEREIRA, TARCIA & SIGULEM, 2014).

Sendo assim, é notória a necessidade de planejamento para o desenvolvimento de um trabalho didático-pedagógico de inclusão, visto que as possibilidades de apropriação dos conceitos científicos e da cultura pelas pessoas com deficiência intelectual, especialmente aqueles que envolvem memória, criação, atenção, raciocínio lógico, interpretação, enfim as operações simbólicas como um todo, dependem muito da interação estabelecida entre o professor e o estudante durante as práticas pedagógicas, bem como dos estímulos aos quais se expõe na vida social e cultural (PLETSCH, 2014).

2.4 As tecnologias da informação e comunicação (TIC's) na inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior.

O termo Tecnologia da Informação e Comunicação surgiu na última década, substituindo a palavra informática. Antes dessa mudança a informática era utilizada para gerir informações e hoje as TIC's têm um papel muito mais amplo devido aos estudos relacionados à inteligência artificial, ligados à cognição e à busca pelo conhecimento, que é um direito de todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiências (SABBAG, 2007).

As TIC's estão nos computadores e *tablets* com sistemas digitais interativos, celulares conectados à rede mundial, rádios portáteis, televisores domésticos, em livros, em carros, no GPS, nas câmeras dos celulares, no cybercafé da esquina, entre outros recursos tecnológicos, e podem ser usadas de forma efetiva e vantajosa para minimizar a distância entre professores e estudantes na construção do conhecimento e aprendizagem de ambos, transformando a sociedade atual (CASTILHO, 2014).

Portanto, as novas gerações estão crescendo em uma sociedade da informação e os sistemas educacionais precisam se adaptar a essa nova realidade, sem a exclusão de pessoas com deficiências. Nesse contexto, os recursos das TIC's devem ser amplamente utilizados a favor da educação de todos os estudantes, mas notadamente em favor daqueles que apresentam peculiaridades que lhes impedem ou dificultam a aprendizagem por meios convencionais (GONÇALVES, W., GONÇALVES. V. & FIRME, 2016).

As aplicações das TIC's para a realização de atividades traz uma série de vantagens, tais como: a individualização do ensino respeitando o ritmo e o tempo de realização de atividade de cada aluno; a flexibilidade que viabiliza o uso de canais sensoriais distintos; a avaliação contínua e dinâmica; a auto avaliação; a manutenção da mesma atividade/exercício de acordo com as necessidades educacionais do aluno; o ajuste do nível de complexidade da atividade; o desenvolvimento de hábitos e de disciplina para sua utilização; a motivação, pois podem ser inseridos temas, cores, figuras, formas que atendem aos interesses dos alunos estimulando-os, de diferentes maneiras, a realizar as atividades propostas, entre outras, possibilitando a adequação curricular (GIROTO, POKER, OMOTE, 2012, p. 21).

Estudos revelam que os estudantes se tornaram "cidadãos digitais", enquanto a formação de professores e a prática em sala de aula em todos os níveis de ensino pararam no século passado. Diante disso, o professor deve criar situações de aprendizagem, experimentar e corrigir a sua atuação, buscando se capacitar e desenvolver competências e habilidades para executar

novas práticas pedagógicas, que atendam à evolução do novo cenário educacional mundial em que as TIC's são uma realidade (PEREIRA, TARCIA & SIGULEM, 2014).

3. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica integrativa sobre a inclusão de alunos com deficiência no ensino superior no Brasil, por meio de material científico indexado, publicado a partir da década de 90 até os dias atuais, em língua portuguesa (Brasil) e/ou espanhol. Foi excluído o material científico que apesar de abordar o tema, não estava relacionado ao objetivo deste estudo ou havia sido publicado fora do período definido. As bases de dados utilizadas foram: Edubase – Base de dados em Educação da Faculdade Unicamp; *SciELO – Scientific Electronic Library*; *SPEEL – Scientific Periodicals Electronic Library*; LILACS – Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde. Os descritores utilizados foram: Ensino superior, Pessoas com Deficiência, Políticas Públicas, Inclusão, Tecnologias de Informação e Comunicação. A triagem inicial do conteúdo dos manuscritos foi feita mediante leitura do resumo e posteriormente a separação daqueles que se relacionavam ao objetivo deste estudo, os quais foram lidos na íntegra e utilizados conforme a necessidade do contexto a ser explorado, incitando a reflexão e aprendizado.

A coleta de dados ocorreu no período de outubro de 2018 a janeiro de 2019, sem qualquer empecilho. Foi feito um levantamento cronológico das políticas públicas direcionadas à inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior e em seguida buscou-se informações relevantes à contribuição das TIC's para a educação inclusiva nesse contexto, conforme o objetivo proposto, para que fosse realizada a discussão dos dados e elaboração das considerações finais.

4. RESULTADOS

A busca permitiu a localização de vários artigos, Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado, mas somente setenta referências foram consideradas válidas para análise neste estudo, por abordar políticas públicas direcionadas à inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior e/ou as TIC's associadas a esse contexto.

Os apontamentos sobre as políticas voltadas às necessidades educacionais especiais fizeram referência aos avanços das últimas décadas e às necessidades de qualificação docente para atuar junto a todos os alunos, sem deixar de considerar as especificidades de cada aluno com deficiência e proporcionar a acessibilidade ao conhecimento e aprendizagem. Também se

verifica a necessidade de dar voz à percepção dos próprios alunos com deficiência, visto que há poucos artigos com esse enfoque.

Sobre a prática docente e formação de professores, os estudos enfocam a concepção de deficiência, práticas didático-pedagógicas obsoletas e as experiências em relação à temática. Também é ressaltada a necessidade de se existir disciplinas referentes à educação inclusiva na grade curricular dos graduandos em licenciatura e o investimento em formação continuada. Essas ações aproximariam o futuro profissional de seu público beneficiário das políticas de educação especial e dariam condições para o desenvolvimento de metodologias adequadas a necessidade de cada aluno, diminuindo assim as diferenças e valorizando o ser humano.

Um estudo chamou a atenção para a problemática do tempo, mostrando que os deficientes que têm limitações visuais e motoras que dificultam ou impedem a realização de certas ações típicas da atividade, como o ato de escrever, o tempo fluído e ágil da pedagogia universitária constitui grande obstáculo à sua efetiva aprendizagem (OLIVEIRA, 2013). Com isso, há que se contar com a solidariedade e colaboração dos outros estudantes.

Quanto às contribuições das TIC's para a educação inclusiva no ensino superior, estudos como o de Domingos, Almeida & Barreto (2014) ressaltam a ampliação dos horizontes sociais dos alunos com necessidades especiais de nossa sociedade, a aprendizagem e crescimento profissional do professor envolvido nesse processo, culminando em uma globalização efetiva para todos. Outros autores corroboram com esses dados e reafirmam a necessidade de planejamento estratégico para a melhoria da comunicação, colaboração e participação para a qualidade da educação inclusiva (GUIMARÃES & SOUZA, 2018).

5. DISCUSSÃO

A inclusão de pessoas com deficiência na educação superior acontece desde o final dos anos noventa no Brasil e cada vez mais se torna maior, atual e necessária. Com a abertura das políticas públicas e o fortalecimento das condições de acessibilidade tem-se desenvolvido a integração e a inclusão das diversidades, embora ainda seja de forma tímida.

Segundo Velloso & Manzoli (2009), cada aluno possui necessidades específicas que precisam ser avaliadas e o processo de segregação e exclusão de pessoas com deficiência no ensino superior precisa ser extinto, para que os princípios de igualdade e justiça social sejam válidos conforme determinam as políticas públicas vigentes.

Schliemann & Nogueira (2014) verificam por meio de um estudo realizado na universidade de Sorocaba (UNISO), com uma equipe multidisciplinar, que a inserção de uma

política de estratégia (Programa Universidade) para receber os alunos com deficiência em seus cursos, direcionando o atendimento às especificidades, favorece a acessibilidade, mas não garante a permanência dos alunos. Apesar da população acadêmica, familiares e professores receberem orientações semestrais e avaliações das mesmas, existem problemas de convivência e aprendizagem, que são difíceis de serem transpostas pelas necessidades impostas pela condição da deficiência.

Para Pimentel (2016) não basta introduzir tecnologias no ensino, é preciso promover alternativas para o seu uso pedagógico em um modelo pronto, e também incentivar que docentes e estudantes desenvolvam seus próprios meios de uso e apropriação da mesma.

Estudos nacionais e internacionais indicam que a maioria dos docentes faz usos limitados das TIC's, o que também deve ser levado em conta como um indicador importante para os usos que apontam o não aproveitamento pleno do potencial tecnológico existente nas instituições de ensino. As práticas mais comuns estão associadas ao entretenimento e às pesquisas rápidas, situações nas quais não são observados critérios de qualidade da informação (DUSSEL, 2014).

Segundo Moran (2009), os professores ao elaborarem um planejamento didático com o uso das TIC's, devem levar em conta experiências e saber que existe a necessidade de escolher aquilo que melhor possa atender aos alunos em consonância com a realidade atual, de modo a despertar o interesse e a busca pelo conhecimento.

Há muitos artigos abordando as TIC's, porém foram encontrados apenas três com enfoque e direcionamento aos estudantes com deficiência que cursam o ensino superior (DOMINGOS, ALMEIDA, BARRETO, 2014; SCHLIEMANN & NOGUEIRA, 2014; OLIVEIRA, 2013). Assim sendo, observa-se que o tema precisa ser mais estudado e debatido para que as políticas públicas continuem avançando rumo a uma maior amplitude da educação inclusiva no ensino superior brasileiro e ocorram mudanças na prática educacional ultrapassada, que ainda vêm sendo desenvolvida.

O mapeamento de Dissertações de Mestrado e teses de Doutorado realizado por Mendes & Ribeiro (2017), com publicação nos anos de 2007 a 2015, com o tema educação inclusiva de pessoas com deficiência no ensino superior aponta um aumento significativo no número de publicações, sendo que a maioria dos trabalhos foi produzida em instituições públicas federais (58%). Na sequência, aparecem instituições públicas estaduais, com 22%, e depois as instituições comunitárias, com 13%, enquanto as instituições particulares representam apenas 2% no âmbito de pesquisas na temática. A maioria são estudos de casos, que abordam a

acessibilidade e a permanência dos alunos, a inclusão profissional perante a trajetória de escolarização e analisam os desafios dos docentes quanto ao ensino/aprendizagem, a partir da implantação das políticas públicas educacionais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva no ensino superior é um processo complexo e não é tarefa fácil, seja em instituições públicas ou particulares, pois a maioria dos profissionais ainda não está preparada para executá-la em cumprimento às políticas públicas existentes. Estudos revelam que entre os determinantes que dificultam o processo de inclusão está a falta de preparo dos professores aliada à falta de recursos tecnológicos e/ou pessoas habilitadas para manipulá-los, além da estrutura arquitetônica inadequada e o preconceito. Assim, verifica-se que é indubitável a necessidade de romper barreiras de modo a valorizar a diversidade, respeitando as diferenças e contribuir para a dignidade das pessoas com deficiências, sejam elas quais for.

Apesar de avanços quanto às políticas públicas e TIC's estarem contribuindo para a inclusão no Brasil, dados do Censo evidenciam que ainda há um número inexpressivo de pessoas com deficiência cursando o ensino superior e sendo inseridas no contexto social. Assim, constata-se a importância de investimento em pesquisas, para o direcionamento de um planejamento pedagógico adequado, que possibilite de fato a inclusão e toda a sociedade venha a se beneficiar.

REFERÊNCIAS

- ACORSI, M. I. **A inclusão do estudante com deficiência intelectual na educação superior do IFRS Bento Gonçalves: um olhar sobre a mediação docente**. Dissertação de Mestrado. 167 f. Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2016.
- ALCOBA, S. A. C. **Estranhos no ninho: a inclusão de alunos com deficiência na UNICAMP**. 2008. 231f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, 2008.
- ANACHE, A. A.; CAVALCANTE, L. D. Análise das condições de permanência do estudante com deficiência na Educação Superior. **Psicologia Escolar e Educacional, SP**. Número Especial, p. 115-125, 2018.
- ANACHE, A.A.; ROVETTO, S.S.M.; OLIVEIRA, R.A. (2014). Desafios da implantação do atendimento educacional especializado no Ensino Superior. **Revista Educação Especial**, v. 27, n. 49, p. 299-312, 2014.
- BERSCH, R.; MACHADO, R. Conhecendo o aluno com deficiência física. *In*: SCHIRMER, Carolina *et al*. Atendimento Educacional Especializado: deficiência física. **Brasília: MEC/SEESP**, 2007.

BISOL, C. A.; VALENTINI, C. B.; SIMIONI, J. L. e ZANCHIN, J. Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 139, p.147- 172, jan./abr., 2010.

BRASIL. **Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. 2002b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em: 22 novembro de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Aviso Curricular n. 277 de 08 de maio de 1996**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aviso277.pdf>>. Acesso em: 22 novembro de 2018.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996b. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 12 de novembro de 2018.

BRASIL. **Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. 1999. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec3298.pdf>>. Acesso em: 29 de outubro de 2018.

BRASIL. **Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. 2002b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em: 22 de novembro de 2018.

BRASIL. **Portaria n. 2.678, de 24 de setembro de 2002**. Aprova o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e recomenda o seu uso em todo o território nacional. 2002c. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/portarias/item/3494-portaria-mec-n%C2%BA-2678-de-24-de-setembro-de-2002>>. Acesso em: 29 de dezembro de 2018.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 1, de 19 de fevereiro de 2002**. Institui diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: 2002a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf> Acesso em: 23 de dezembro de 2018.

BRASIL. **Portaria n. 3.284, de 7 de novembro de 2003**. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições. 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em: 22 de outubro de 2018.

BRASIL. **Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 12 de dezembro de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Leia-me - Censo da Educação Superior 2008**. Brasília: 2008b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica/levantamentos-acessar>>. Acesso em: 01 de dezembro de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial - MEC/SECADI (2010). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC. Acesso em: 10 de novembro de 2018. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva_05122014&Itemid=30192.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior 2011**. Brasília: 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar>> Acesso em: 01 de novembro de 2018.

BRASIL. **Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação *in loco* do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**. 2013. Disponível em: <http://www.ampesc.org.br/_arquivos/download/1382550379.pdf>. Acesso em: 22 dezembro de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão / Secretaria de Educação Superior (2013). **Documento orientador: Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior**. Brasília, DF: MEC. Acesso em: 02 de dezembro de 2018. Disponível: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=12737&Itemid.

BRASIL. **Programa Incluir**. Portal MEC, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=495&id=12257&option=com_content&view=article> Acesso em: 29 de outubro de 2018.

BRASIL. **Lei 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2012/lei/112711.htm. Acesso em 20 de janeiro de 2019.

CABRAL, L.S.A. Inclusão do público – alvo da educação especial no ensino superior brasileiro: histórico, políticas e práticas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 22, n. 3, p. 371-387, 2017.

CARVALHO, A. B. G. (orgs). Tecnologias digitais na educação [online]. Campina Grande: **EDUEPB**, 2011. 276 p. ISBN 978-85-7879-065-3. Available from SciELO Books.

CASTILHO, L. B. **O uso da tecnologia da informação e comunicação (TIC) no processo de ensino e aprendizagem no ensino superior brasileiro**. Dissertação de Mestrado Profissional em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento. 77 p., 2014. Faculdade de Ciências Empresarias (FUMEC), Belo Horizonte – MG.

CAT – Comitê de Ajudas Técnicas. **Ata da Reunião VII, de dezembro de 2007 do Comitê de Ajudas Técnicas**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (CORDE/SEDH/PR), 2007.

COUTINHO, M. M. de A. **A inclusão da pessoa com deficiência visual na educação superior e a construção de suas identidades**. Dissertação de Mestrado. 104p. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2011.

DOMINGOS, R., ALMEIDA, G. B. S., BARRETO, S. M. C. O papel das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no Centro Universitário do Espírito Santo – UNESC. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 98-110, jan.-jun. 2014.

DUARTE, E. R. *et al.* Estudo de caso sobre a inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior. **Rev. Bras. Educ. Espec.**, v.19, n.2, Marília, abr./jun., 2013.

DUSSEL, I. *et al.* Incorporación con sentido pedagógico de TIC em la Educación e seus sentidos no mundo digital. **R. Educ. Públ. Cuiabá**, v. 25, n. 59/2, p. 476-501, maio/ago. Formación docente de los países Del Mercosur. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Teseo, 2014.

ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. 2013. Disponível em http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_i_magens-filefield-description%5D_93.pdf. Acessado em: 10 de janeiro de 2019.

GARCIA, R. A. B.; BACARIN, A. P. S.; LEONARDO, N. S. T. Acessibilidade e permanência na educação superior: percepção de estudantes com deficiência. **Psicologia Escolar e Educacional, SP**. Número Especial, 2018, p. 33-40.

GIROTO, C. R. M.; POKER, R. B.; OMOTE, S (org). Educação Especial, formação de professores e o uso das tecnologias de informação e comunicação: a construção de práticas pedagógicas inclusiva. *In: As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas*. Marília. Oficina Universitária. UNESP. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, 238p.

GOMES, I. C. S.; LIRA, J. R. A.; FRANÇA, M. H. O. **O uso das tecnologias na educação da pessoa com deficiência**. II Congresso Internacional de Educação Inclusiva. II Jornada Chilena e Brasileira de Educação Inclusiva. Novembro de 2016. Campo Grande – PB.

GONÇALVES, W.; GONÇALVES, V. M. F.; FIRME, L. P. Formação e capacitação de docentes para atuar com alunos com deficiência auditiva: um estudo no Instituto Federal do Espírito Santo – IFES. **Ensaio: aval. pol. públ. educ.**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 93, p. 866-889, out./dez., 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA [INEP] (2015). **Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação**. Recuperado: 02 de janeiro de 2019. Disponível: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-da-educacao-superior>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA [INEP] (2017). **Censo da Educação Superior. 2017**. Acesso em: 02 de outubro de 2018. Disponível: <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>.

LAMONIER, E. L. Políticas públicas inclusivas: direitos e garantias à pessoa com deficiência. **Revista EIXO**, Brasília – DF, v. 5, n. 2, jul./dez., 2016.

LIMA, L. F. **Acessibilidade dos acadêmicos com deficiência física nas instituições de ensino superior: uma análise da legislação brasileira para uma prática de educação inclusiva**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/62249/acessibilidade-dos-academicos-com-deficiencia-fisica-nas-instituicoes-de-ensino-superior-uma-analise-da-legislacao-brasileira-para-uma-pratica-de-educacao-inclusiva-1>. Acesso em: 20 de dezembro de 2018.

LIMA, O. M. B. **A trajetória de inclusão de uma aluna com NEE, Síndrome de Down, no Ensino Superior: um estudo de caso**. 2007. 87f. Dissertação (Mestrado Educação). Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MACHADO, M. B.; TRES, R.; & OLIVEIRA, L. A. Inserção do deficiente auditivo ou surdo no Ensino Superior da Universidade do Oeste de Santa Catarina - Campus de São Miguel do Oeste. **Unoesc & Ciência – ACHS**, Joaçaba, v. 2, n. 2, p. 156-164, jul./dez., 2011.

MAGALHÃES, R. de C. B. P. Currículo e inclusão de alunos com deficiência no ensino superior: reflexões sobre a docência universitária. *In: MELO, F. R. L.V. Inclusão no ensino superior: docência e necessidades educacionais especiais*. EDUFRN, Natal – RN, 2013, 328p.

MANCIBO, D.; VALE, A. A. DO & E MARTINS, T. B. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 60, jan.-mar., 2015.

MANTOAN, M. T. E. **Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais**. São Paulo: Scipione, 2001.

MARTINS, D. A.; LEITE, L. P.; LACERDA, C. B. F. Políticas públicas para acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior brasileiro: uma análise de indicadores educacionais. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.23, n. 89, p. 984-1014, out./dez., 2015.

MASETTO, M. T. **Competência Pedagógica do Professor Universitário**. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

MEIRA, M. E. M. Incluir para continuar excluindo: a produção da exclusão na educação brasileira à luz da psicologia histórico-cultural. *In*: FACCI, M. G. D.; MEIRA, M. E. M.; TULESKI, S. C. (Orgs.). A exclusão dos “incluídos”: uma crítica da psicologia da educação à patologização e medicalização dos processos educativos. Maringá: **Eduem**, 2011. p.75-106.

MENDES, C. L. & RIBEIRO, S. M. Inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior: um estudo da produção acadêmica na área da educação. **Atos de Pesquisa em Educação** – Blumenau, v. 12, n. 1, p.189-206 jan/abr., 2017.

MORAN, J. M.. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. 4. ed. São Paulo: Papirus, 2009.

MOREIRA, L. C.; BOLSANELLO, M. A.; SEGER, R. G. (2011). Ingresso e permanência na Universidade: alunos com deficiência em foco. **Educar em Revista**, n. 41, p.125-143, 2011.

OLIVEIRA, C. B. Jovens deficientes na universidade: experiências de acessibilidade? **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 55, out./dez., 2013.

OLIVEIRA, D. L.; JENSEN, R. G. D.; LIMA, V. A. A. Educação a Distância para Pessoas com Deficiência Auditiva. **Revista Olhar Científico**, Faculdades Associadas de Ariquemes – v. 01, n.2, ago./dez., 2010.

PEREIRA, F. K. Pedagogia das competências na educação profissional: contribuições da formação continuada para saberes e competência docente. **E-Tech: Tecnologias para Competitividade Industrial, n. Esp. Educação**, p. 31-52, 2013.

PEREIRA, T. A.; TARCIA, R. M. L. & SIGULEM, D. **Uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) na educação superior**. Universidade Federal de São Paulo – SP – 05/2014. Disponível em: <http://www.abed.org.br/hotsite/20-ciaed/pt/anais/pdf/225.pdf>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2019.

PIMENTEL, N. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no ensino superior: a utopia da inovação pedagógica e da modernização. **R. Educ. Públ. Cuiabá**, v. 25, n. 59/2, p. 476-501, maio/ago., 2016.

PLETSCH, M. D. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Educ. Rev. [online]**. 2009, n.33, pp.143-156.

PLETSCH, M. D. Educação especial e inclusão escolar: políticas, práticas curriculares e processos de ensino e aprendizagem. **Póiesis Pedagógica**, Catalão - Go, v.12, n. 1, jan/jun., p. 7-26, 2014.

REBOUÇAS, K. B. A. T. & LIMA, R. M. R. A educação inclusiva no ensino superior das pessoas portadoras de deficiência: uma necessária salvaguarda dos direitos e garantias fundamentais e do princípio da efetiva integração social. Milan Kundera. **A insustentável leveza do ser**, 2008, p. 36.

RODRIGUES, M. *et al.* Políticas Nacionais De Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva: um estudo sobre a educação superior do Brasil e da Colômbia. **Educação, Gestão e Sociedade: revista da Faculdade Eça de Queirós**, ISSN 2179-9636, Ano 6, número 23, agosto de 2016. Disponível em: www.faceq.edu.br/regs.

SABBAG, P. Y. **Espirais do conhecimento: ativando indivíduos, grupos e organizações**. São Paulo: Saraiva, 2007.

SANTOS, M. S. dos. O sujeito da inclusão: uma questão a ser discutida. *In*: CAMPOS, Herculano; PANNUTI, M. R. V. **Inclusão: reflexões e possibilidades**. São Paulo: Loyola, 2010.

SANTOS, L. P. & PEQUENO, R. Novas tecnologias e pessoas com deficiências: a informática na construção da sociedade inclusiva? *In*: SOUSA, R. P., MIOTA, F. M. C. S. C., & SCHLIEMANN, A. L. & NOGUEIRA, L. de F. Z. Inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior – favorecendo a autonomia na Universidade de Sorocaba. Seminário Internacional de Educação Superior 2014 – Formação e Conhecimento. **Anais Eletrônicos**. Universidade de Sorocaba UNISO. Programa de Pós-graduação em Educação, 2014.

SENO, M. P. A inclusão do aluno com perda auditiva na rede municipal de ensino da cidade de Marília. **Revista Psicopedagogia**, v. 26, n. 81, p. 376-87, 2009.

SILVA, H. M. *et al.* A inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior: Revisão de literatura. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 10, n. 2, p. 332-342, ago./dez. 2012.

SIMIONATO, M. A. W. O deficiente no Ensino Superior: uma reflexão. In: FACCI, M. G. D.; MEIRA, M. E. M.; TULESKI, S. C. (Orgs.). A exclusão dos “incluídos”: uma crítica da psicologia da educação à patologização e medicalização dos processos educativos. Maringá: **Eduem**, 2011, p. 299 - 313.

UEM - Universidade Estadual de Maringá (2000). **Resolução n. 15 – CEP, de 22 de março de 2000**. Maringá, PR. Recuperado: 19 de outubro de 2018. Disponível: <http://www.scs.uem.br/2000/cep/015cep2000.htm>.

VELLOSA, S. C. L.; MANZOLI, L. As tendências educacionais politizadoras do processo inclusivo: acertos e desacertos. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, n. 6, 2009.

WARSCHAUER, M. **Tecnologia e inclusão social: exclusão digital em debate**. São Paulo: SENAC, 2006.

WHO - World Health Organization. Relatório mundial sobre a deficiência, The World Bank; tradução Lexicus Serviços Linguísticos. - São Paulo: **SEDPeD**, 2012, 334 p.